COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº, DE 2024

(DO Sr. Marcos Pollon)

Requer Moção de Repúdio ao Senhor Luís Inácio Lula da Silva, atual Presidente da Republica por veto parcial ao Projeto de Lei 2253/2022 aprovado no Congresso Nacional.

Sr. Presidente,

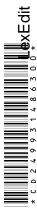
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, RICD, ouvido o plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que seja registrado nos anais desta Comissão, Moção de Repúdio ao Senhor Luís Inácio Lula da Silva vetar parcialmente o Projeto de Lei 2253/2022, PL das Saidinhas, aprovado pelo Congresso Nacional para extinguir a saída temporária (saidinhas) de presos em datas comemorativas.

JUSTIFICATIVA

Esta Comissão e o Congresso Nacional representam a vontade da sociedade brasileira e com a busca do bem comum exercem, através de Deputados e Senadores, a busca do bem comum.

Foram inúmeras reuniões desta comissão na Câmara Federal e das comissões temáticas do Senado Federal, e ainda aprovações nas sessões de ambas as Casa, para chegar ao texto que foi aprovado pela grande maioria dos parlamentares, representando assim a vontade da Nação brasileira.





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Não obstante ao acima relatado, o Exmo. Sr. Presidente da Republica ao receber o Projeto de Lei em referência, achou por bem, vetar o cerne da matéria para não sanciona-la integralmente, mas descaracterizando o objetivo proposto, sob a justificativa de seu Ministro da Justiça Sr. Ricardo Lewandowski que o fim das saídas temporárias de presos viola o principio da dignidade da pessoa humana.

Ora, essa justificativa não leva em consideração a dignidade das vitimas dos crimes que os mesmos cometeram e despreza dignidade dos mesmo, mais que isso gera insegurança ao sabe-lo soltos.

Essa atitude provocou insatisfação entre os líderes partidários do Poder Legislativo. Uma ala do Congresso se movimenta para derrubar o veto presidencial.

Conforme estatísticas o aumento do número de ocorrências criminais nos períodos posteriores à concessão das saídas temporárias atreladas as datas comemorativa, como Dia das Mães e Natal, uma grande quantidade de presos aproveita a oportunidade desta modalidade de saída temporária para se evadir do cumprimento da pena. A título exemplificativo, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo informou que, na passagem de 2021 para 2022, 1.628 presos que deixaram as penitenciárias do estado, durante a chamada 'saidinha temporária de fim de ano', não retornaram ao sistema prisional paulista.

Portanto o Projeto de Lei cumpre o necessário para a maior segurança da população, bem como, a impossibilidade de tamanha evasão do Sistema Prisional.

Em detrimento ao que foi aprovado por ampla maioria de ambas as Casas do Congresso Nacional o Sr. Presidente da República veta o mesmo e despreza de forma repugnante o trabalho de todos os parlamentares.

Mais que isso, essa atitude quer parecer que o Presidente da Republica pretende com este fato demonstrar o poder que sozinho possui, o de simplesmente declarar inexistente uma decisão das Casas Legislativas.

Saliente-se que mesmo sendo uma demanda da oposição, a bancada do PT no Senado votou em peso a favor do projeto, com exceção do senador Rogério Carvalho (PT-SE). Apesar de a Câmara não ter registrado nominalmente os votos, deputados do PT também tinham se comprometido a votar a favor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Por fim essa moção é necessária para colocar em pratica o parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal que estabelece o principio mais basilar da democracia que é categórico ao afirmar que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Desta forma requer a aprovação da presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, para que a mesma conste nos anais desta Comissão de Pública e Combate ao Crime Organizado.

> Sala das Comissões, em abril de 2024.

> > **Marcos Pollon Deputado Federal** PL-MS



